



**EDITAL**  
**Tomada de Preços N° 000024/2014**

**Edital**

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N°.000024/2014  
PEDIDO DE COMPRAS SIMPLES N°. 000285/2014

PROCESSO N°. 000482/2014

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria SAAE 001/2014, com sede à Avenida João XXIII, 2204, Centro - São Mateus - ES, neste Edital denominado simplesmente SAAE torna público, para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, LC 123/2006 e, fará realizar TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço global, objetivando a contratação de empresa especializada em pesquisa de fraude e suspensão do fornecimento de água, em ligações inadimplentes no município de São Mateus - ES, conforme discriminado no Anexo 1, que faz parte integrante deste Edital, para todos os efeitos.

**TERMO DE REFERÊNCIA:**

Modalidade:	TOMADA DE PREÇOS.
Legislação:	Lei 8.666/1993 e alterações.
Tipo de Licitação:	Menor Preço.
Critério de Julgamento:	Menor Preço global.
Seção Interessada:	Divisão de Fiscalização.
Validade da Proposta:	60 dias, da data de abertura dos envelopes.
Data e hora de abertura:	11 de julho de 2014, às 14:00.
Local de realização:	Avenida João XXIII, 2204, Centro - São Mateus - ES.
Esclarecimentos:	No endereço acima, de 7h30min às 16:30 Hs.

**1 - OBJETO:**

1.1 - O objeto da presente TOMADA DE PREÇOS é a contratação de empresa especializada em pesquisa de fraude e suspensão do fornecimento de água, em ligações inadimplentes no município de São Mateus - ES, conforme especificações e condições constantes do Anexo 1, que integra o presente edital para todos os fins.

1.2 - Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente licitação correrão na Dotação 00049 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA (2000200010.1760501344.004.33903900000.20000000) , do Orçamento do SAAE para o exercício de 2014.

**2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.1.1 - Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensos ou por esta tenham sido declaradas inidôneas;

2.1.2 - Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja a sua forma de constituição;

2.1.3 - Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.1.4 - Estrangeiras que não funcionam no país.

2.2 - As empresas candidatas à TOMADA DE PREÇOS deverão satisfazer às condições expressas no presente edital, seus anexos e legislação pertinente.

**3 - DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA**

3.1 - Os licitantes deverão entregar no dia e local definido no preâmbulo deste Edital, ao Presidente da Comissão de Licitação do SAAE, sua documentação e sua proposta em dois envelopes opacos, indevassáveis, rubricados, contendo na parte exterior os seguintes dizeres:

**ENVELOPE HABILITAÇÃO NO 1:**

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO  
Avenida João XXIII, n° 2.204 - Bairro Centro.  
Razão Social completa  
Ref. TOMADA DE PREÇOS n° 000024/2014

**ENVELOPE PROPOSTA COMERCIAL NO 2:**

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO  
Avenida João XXIII, n° 2.204 - Bairro Centro.  
Razão Social completa  
Ref. TOMADA DE PREÇOS n° 000024/2014

**4 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE N° 1:**

4.1 - Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada produzida por qualquer processo ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou por cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para conferência das cópias que integrarão o processo, pela Comissão de Licitações. Não serão aceitas cópias ilegíveis, que não proporcionem condições de análise por parte da Comissão de Licitações.

**4.1.1 - Habilitação Jurídica**

- a) Atos constitutivos em conformidade com o novo código civil: Requerimento de empresário, no caso de empresa individual, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Cópias das cédulas de identidade dos sócios, autenticadas em cartório ou pela Comissão Permanente de Licitação do SAAE;

**4.1.2 - Regularidade Fiscal**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) atualizado ;
- b) Certidão de regularidade expedida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante
- c) Alvará de localização e funcionamento, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Certidão de regularidade expedida pela Fazenda Estadual;
- e) Certidão de regularidade quanto à Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, conforme Decreto Federal n° 5586/05;
- f) Prova de Regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;
- g) Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.
- h) CND Trabalhista.

**4.1.3 - Qualificação econômico-financeira:**

- a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira do proponente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b) Apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício;
- c) Os documentos dos itens "a" e "b" deverão conter as assinaturas dos sócios e do contador responsável, com os respectivos termos de abertura e encerramento, registrados na Junta Comercial ou Cartório de Registros;
- d) Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou de Execução Patrimonial expedida pelo (s) Cartório (s) Distribuidor (es) da sede ou domicílio da licitante, expedida até 60 dias da data da abertura do envelope de habilitação;

e) Fica obrigado o licitante ou contador apresentar os cálculos dos índices de liquidez previamente extraídos das demonstrações contábeis, visto que serão aferidos pelo SAAE para confirmar a boa situação financeira.

Os Indicativos para comprovação da boa situação financeira:

I.1 - Índice de Liquidez Corrente - LC igual ou superior a 1,00

I.2 - Índice de Liquidez Geral - LG igual ou superior a 1,00

I.3 - Índice de Solvência Geral - SG igual ou superior a 1,00

#### 4.1.4 - Relativos à Capacidade Técnica

a) Declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, conforme anexo 2.

b) Declaração em cumprimento a Lei 9.854, de 27/01/1999, sancionada pelo Presidente da República, conforme anexo 4.

c) CRC - Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo setor de compras do SAAE de São Mateus no prazo estabelecido na lei.

d) Comprovante de Regularidade junto ao Conselho Regional de Administração. Caso a empresa seja sediada em local diverso do Espírito Santo, deverá efetuar o registro secundário.

e) Certidão de registro e Quitação no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da empresa e de seus responsáveis técnicos, com validade na data da licitação.

f) Comprovação da empresa licitante de possuir em seu quadro permanente na data prevista para apresentação da proposta, profissional de nível superior, legalmente habilitado e reconhecido pelo CREA\_ES.

g) Comprovação do vínculo empregatício com a licitante. Poderá ser efetuada por intermédio do Contrato Social, se sócio ou da Carteira de Trabalho ou Contrato de Trabalho ou pela Certidão de Registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, se nela constar o nome do profissional indicado.

OBS.: Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão observar o seguinte:

\* Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

\* Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

\* Se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços/fornecedora for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial;

\* Serão dispensados da filial aqueles documentos que, por sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Observação: A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na lei complementar 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

a) Quando optante pelo SIMPLES nacional: comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no site da Secretaria da Receita Federal;

b) Quando não optante pelo SIMPLES nacional: declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício - DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, ou comprovação expedida pela Junta Comercial.

\* A participação nas condições previstas nesta alínea, implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no parágrafo quarto, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme art. 43 da LC 123/06.

2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 dias cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis automaticamente por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 2., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da ordem de fornecimento, ou revogar a licitação.

## 5 - PROPOSTA - ENVELOPE N° 2:

5.1 - A proposta comercial elaborada em conformidade com as condições indicadas neste Edital, com todas as suas folhas numeradas e rubricadas, deverão apresentar os seguintes elementos:

a) Preço unitário e total, expresso em moeda nacional, incluindo todos os custos de impostos, taxas, encargos sociais, fretes, deslocamento, alimentação, hospedagem, combustível, salários, dentre outros, não sendo devido ao SAAE quaisquer despesas decorrentes dos serviços;

b) Os preços deverão ser apresentados em formato de proposta orçamentária, acompanhado de planilha com formação de preços, informações para contato, data e prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias.

c) A licitante deverá apresentar a proposta e o cronograma físico financeiro em arquivo digital, formato XLSX gravado em mídia de CDR/DVDR.

d) Os serviços deverão ser executados conforme Ordens de Serviços emitidos pela Divisão de fiscalização.

e) A equipe de trabalho deverá ter no mínimo 08(oito) profissionais capacitados em instalações hidráulicas.

f) Proposta Comercial, digitada, devidamente datada e assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que venham a ensejar dúvidas, reconhecendo a plena aceitação e aplicação das normas e critérios deste Edital.

## 6 - DOS PROCEDIMENTOS

A presente licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

6.1 - Recebimento dos envelopes, com chamada das empresas e anotações na ata dos representantes dos licitantes presentes;

6.2 - Os documentos constantes do envelope "HABILITAÇÃO", serão rubricados por todos os presentes e pelos Membros da Comissão de Licitação, permitindo-se aos interessados o exame dos mesmos no local.

6.3 - O resultado da "HABILITAÇÃO" será comunicado a todos, após o encerramento dessa primeira fase dos trabalhos, o que poderá ocorrer por comunicação direta ou na mesma data da abertura dos respectivos envelopes.

6.4 - O envelope "PROPOSTA COMERCIAL" da empresa inabilitada será devolvido ao respectivo proponente, fechado, desde que decorrido o prazo legal, ou não tenha havido recurso, ou após denegação deste.

6.5 - Havendo renúncia expressa de todos a qualquer recurso contra o julgamento da "HABILITAÇÃO", os envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" das empresas habilitadas serão abertos imediatamente após encerrados os procedimentos relativos àquela fase, caso contrário, a Comissão de Licitação marcará nova data para sua abertura.

6.6 - A abertura dos envelopes será realizada no local definido neste Edital, sendo lavrada Ata circunstanciada, assinada pelos presentes e pelos membros da Comissão, ficando todos os documentos à disposição dos interessados para exame.

6.7 - É facultada a CPL, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, não sendo aceito inclusão de qualquer documento ou informação após a hora prevista para recebimento dos envelopes.

6.8 - Qualquer empresa, por seu representante legal, poderá fazer constar em ata seus reclames, ficando a critério dos membros da Comissão considerá-lo ou não, não possuindo efeito de recurso, que tem seu próprio procedimento.

6.9 - Ocorrendo à desclassificação de todos ou a inabilitação de todas as propostas a Administração poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas referidas no item 8.2 deste edital.

## 7 - AVALIAÇÃO, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

7.1 - O julgamento desta licitação será feito pelo critério de menor preço global.

7.2 - Serão desclassificadas as propostas que:

a) Não atenderem às disposições contidas neste edital;

b) Apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou incompatíveis com os preços de mercado;

c) Apresentarem vantagens baseadas nas ofertas dos demais participantes.

d) Contiverem omissões, rasuras, entrelinha ou forem ilegíveis;

f) Quando se basearem em propostas de outros licitantes;

7.3 - Em caso de empate entre dois ou mais proponentes, e após obedecido o disposto no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei 8666/93 e alterações, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos serão convocados, vetado qualquer outro processo.

7.4 - A Comissão Permanente de Licitação examinará as propostas para verificar se estão completas, se não ocorreram

quaisquer erros na sua elaboração, e se os documentos foram adequadamente assinados.

7.5 - Erros aritméticos serão retificados de acordo com a seguinte base: se houver discrepância entre valores propostos, prevalecerá o montante por extenso. Se o proponente não aceitar a correção do erro, sua proposta será rejeitada.

7.6 - A Comissão Permanente de Licitação lavrará ata dos trabalhos, apontando os fundamentos das desclassificações e da seleção efetuada.

7.7 - Não serão levadas em consideração vantagens não previstas neste Edital, nem ofertas de redução sobre a proposta que melhor atenda aos interesses da Administração Pública;

7,8 - As prerrogativas das ME ou EPP conforme artigos 44 e seguintes da Lei Complementar 123/06.

## 8 - DOS RECURSOS

I - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

II - Representação no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação, que não caiba recurso hierárquico;

III - Pedido de reconsideração de decisão da Diretor Geral do SAAE, da Declaração de Inidoneidade, no prazo de dez dias da intimação do ato.

8.1 - O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I do item 8, terá efeito suspensivo, podendo ao Diretor Geral do SAAE motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais.

8.2 - Interpostos os recursos serão comunicados aos demais participantes, que poderão impugná-los no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.3 - O recurso será dirigido ao Diretor Geral do SAAE por intermédio da CPL, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo, devidamente informado, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

## 9 - DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA RETIRADA DO EMPENHO

9.1 - Homologada a decisão e após decorrido o prazo para interposição dos recursos e suas respectivas decisões, a Administração convocará regularmente o interessado para retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei 8666/93 e suas alterações.

9.2 - Caso não compareça devidamente munido da documentação para retirar o instrumento equivalente, poderão ser aplicadas às penalidades previstas neste edital e seus anexos, quais sejam: multa de 10% sobre o valor do contrato estabelecido em sua proposta e, ainda, a suspensão para contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo acima estipulado, por igual período, nos termos do art. 64, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

## 10 - DAS MULTAS E PENALIDADES

10.1 - A inexecução total ou parcial do contrato importará na aplicação das sanções estabelecidas nos termos do artigo 87, da Lei 8666/93 e suas alterações:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% pelo descumprimento das cláusulas contratuais, calculado sobre o valor total do Contrato;
- c) Suspensão para contratar com a Administração;
- d) Declaração de inidoneidade para contratar com toda a Administração.

10.2 - Multas referente as letras "b" do item anterior, será descontada na nota fiscal fatura, quando do pagamento.

## 11 - DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

11.1 Os serviços serão executados em qualquer parte do município de São Mateus-ES, de acordo com a necessidade da Autarquia, através de O.S (ordem de serviço) retirada na Seção de Cadastro, Emissão Contas, e Consumo.

11.2 Os serviços deverão ser executados com utilização de equipamentos e tecnologias que reduza ao máximo a abertura de valas e danificação da pavimentação.

11.3 Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação do SAAE;

11.4 Caso ocorra oposição de clientes na realização dos serviços, será de responsabilidade da empresa contratada, requisitar força policial.

11.5 VISITA: Consiste em vistoriar o imóvel e/ou ligação de água/esgoto de acordo com formulário próprio para os casos de ligações ativas, inativas, cortadas e suprimidas e/ou entregar notificações e/ou folhetos informativos a Clientes, fazendo registro fotográfico.

11.6 SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA NO PADRÃO COM USO DE CAPSULA OU CAPS: Consiste na instalação de dispositivo obturador no padrão, sem a retirada do hidrômetro, cujo objetivo é a suspensão do fornecimento de água, acompanhado de registro fotográfico;

11.7 Suspensão do fornecimento de água na rede, com supressão de ramal predial e retirada do colar tomada: Consiste na retirada total do ramal predial a partir do padrão, retirando o colar de tomada, e com o respectivo registro fotográfico.

11.8 Pesquisa de fraude com retirada de irregularidade, no padrão: Consiste em retirar a irregularidade encontrada por ocasião da pesquisa, quando localizada no hidrômetro ou na parte exposta do padrão, preenchendo o Termo de Notificação com todo o detalhamento da irregularidade encontrada e fazendo o registro fotográfico, que comprove a existência da irregularidade, bem como, a regularização da ligação.

11.9 Pesquisa de fraude com retirada de irregularidade, na rede: Consiste em retirar a irregularidade encontrada por ocasião da pesquisa, quando localizada no ramal predial de água ou diretamente na rede pública de água, preenchendo o Termo de Notificação com todo o detalhamento da irregularidade encontrada e fazendo o registro fotográfico, que comprove a existência da irregularidade, bem como, a regularização da ligação.

11.10 Restabelecimento de ramal predial, em local não pavimentado: Consiste na escavação, com instalação de novo ramal até a rede de água, assentamento do novo ramal, sobre uma camada de areia de 0,20 m no fundo de vala (vala com profundidade mínima de 0,60 m), e reaterro com compactação.

11.11 Restabelecimento de ramal predial, em local pavimentado com blocos hexagonais: Consiste na retirada da pavimentação da rua em paralelepípedo, assentamento do novo ramal, sobre uma camada de areia de 0,20 m no fundo de vala (vala com profundidade mínima de 0,60 m) e reaterro com compactação e recomposição da pavimentação, com base em uma camada de areia de 0,20 m.

11.12 Restabelecimento de ramal predial, em local pavimentado com asfalto: Consiste na retirada da pavimentação asfáltica, assentamento do novo ramal, sobre uma camada de areia de 0,20 m no fundo de vala (vala com profundidade mínima de 0,60 m) e reaterro com compactação e recomposição asfáltica.

11.13 Retirada e recomposição de calçada com pavimento simples: Consiste na retirada e recomposição de calçada com pavimento em concreto liso (exceto granilite) com espessura de 0,10 m, pedra portuguesa ou piso cerâmico em pedaços.

11.14 Retirada e recomposição de calçada com pavimento especial: Consiste na retirada e recomposição de calçada com pavimento em granito, mármore, cerâmico ou outro acabamento especial não especificado assentada sobre contra piso de concreto.

11.15 O SAAE reserva-se o direito de recusar total e/ou parcialmente os serviços, cujo padrão de qualidade seja inferior ao contratado, devendo neste caso, os mesmos serem refeitos imediatamente, se ônus para o SAAE;

11.16 Em casos excepcionais a empresa poderá ser solicitada para prestar os serviços em dias e horários diversos do praticado pela Autarquia, inclusive em fins de semanas e feriados, sem ônus adicionais para o SAAE;

11.17 Após o início da execução dos serviços, a empresa contratada passa a ser responsável pela sinalização, bem como por eventuais acidentes e/ou danos a terceiros, que venham a ocorrer no local onde os serviços foram executados.

## 12 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 - O pagamento será efetuado em parcela mensal, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em 2 (duas) vias, por ordem bancária, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da apresentação da mesma e após o "certifico" da autoridade competente, de que a prestação de serviços foi satisfatória e comprovantes de regularidade fiscal, sob atesto do fiscal designado pelo SAAE.

12.2 - Se a Nota Fiscal/Fatura apresentar incorreções será devolvida e o prazo para pagamento será contado a partir da data de sua reapresentação.

12.3 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64.

## 13 - DA GARANTIA

13.1. - Os serviços prestados deverão ser bem executados conforme cláusula 11.

13.2. - Em caso de irregularidade, os serviços deverão ser refeitos sem ônus para o SAAE.

## 14 - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O presente Edital , recursos e repostas dos recursos apresentados, poderão ser obtidos no site [www.saaesma.com.br](http://www.saaesma.com.br).

14.2 - Qualquer pedido de esclarecimento deverá ser feito, por escrito, diretamente à Comissão Permanente de Licitação, no local e horário termo de referência do edital, até o final do prazo para a entrega da documentação e proposta.

14.3 - Serão rejeitadas as propostas que não atenderem a todas as condições deste Edital, quer por omissão, quer por discordância, ou que apresentarem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas em suas partes essenciais, de modo a ensejar dúvidas.

14.4 - A Contratante se reserva o direito de aumentar ou diminuir o objeto da presente licitação, até o limite de 25% (vinte cinco por cento), de acordo com o § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93, servindo de base de cálculo os preços unitários da proposta.

14.5 - O Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE se reserva o direito de revogar ou anular a presente Licitação, nos casos previstos em Lei, observado o disposto no art. 49 da Lei nº 8.666/93.

14.6 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital aquele que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes.

14.7 - A Comissão Permanente de Licitação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE , julgará e classificará as propostas apresentadas, encaminhando o processo para homologação da Diretor Geral do SAAE.

14.8 - Quem quiser se fazer representar deverá apresentar Carta Credencial ou qualquer instrumento de mandato do indicado representante legal para fins da Licitação, acompanhado do Contrato Social ou similar, sem o que não poderá intervir em favor da representada, conforme anexo 3.

14.9 - A CPL solicita aos interessados o comparecimento às reuniões a fim de agilizar os trabalhos.

14.10 - Não serão levados em consideração pelo SAAE tanto na fase de classificação, como na fase posterior á adjudicação quaisquer consultas, pleitos ou reclamações, que não tenham sido formulados por escrito e devidamente

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**  
**Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967**  
**CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6**

protocolados. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre as partes.

14.11 - Caso as datas previstas para realização desta TOMADA DE PREÇOS sejam declaradas feriado ou ponto facultativo e não havendo retificação de convocação, será realizada no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora prevista.

14.12 - Expirado o horário fixado para entrega dos envelopes, nenhum outro documento será aceito pela Comissão.

14.13 - A rescisão das obrigações decorrentes da presente TOMADA DE PREÇOS, se processará de acordo com o que estabelece os artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93.

14.16 - Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de São Mateus - Estado do Espírito Santo, excluindo qualquer outro por mais especial que seja.

14.17 - Os casos omissos serão submetidos a parecer da assessoria jurídica do SAAE.

Fazem parte do presente Edital:

- Anexo 1 - Projeto básico.
- Anexo 2 - Modelo de Declaração de Superveniência.
- Anexo 3 - Modelo de Carta Credencial.
- Anexo 4 - Modelo de Declaração em cumprimento a Lei 9854/99.
- Anexo 5 - Minuta de Contrato.
- Anexo 6 - Termo de Ajuste de Conduta
- Anexo 7 - Cronograma Físico-Financeiro
- Anexo 8 - Recibo de Edital.
- Anexo 9 - Termo de Referência

São Mateus - ES, 25 de junho de 2014.

Seleste de Araujo Zancanella  
Presidente

Jadir Alves dos Santos  
Secretário

Luiz Cláudio Pinheiros Barcellos  
Membro

Roberto Bonifácio Santos  
Membro



**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**  
**Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967**  
**CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6**

**ANEXO I - PROJETO BÁSICO**

<i>Ítem</i>	<i>Lote</i>	<i>Código</i>	<i>Especificação</i>	<i>Marca</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Unitário</i>	<i>Valor Total</i>
00001		00001015	SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA EM LIGAÇÕES SEM HIDRÔMETROS, NO RAMAL, EM LOCAL NÃO PAVIMENTADO		UN	500,00		
00002		00001016	SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA EM LIGAÇÕES SEM HIDRÔMETROS, NO RAMAL, EM LOCAL PAVIMENTADO com bloco hexagonal		UN	100,00		
00003		00001017	SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA EM LIGAÇÕES SEM HIDRÔMETROS, NO RAMAL, EM LOCAL PAVIMENTADO COM asfalto		UN	50,00		
00004		00001018	SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA NA REDE, COM SUPRESSÃO DE RAMAL PREDIAL E RETIRADA DO COLAR TOMADA em local não pavimentado		UN	100,00		
00005		00001019	SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA NA REDE, COM SUPRESSÃO DE RAMAL PREDIAL E RETIRADA DO COLAR tomada em local pavimentado com bloco hexagonal		UN	100,00		
00006		00001020	SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA NA REDE, COM SUPRESSÃO DE RAMAL PREDIAL E RETIRADA do colar tomada em local pavimentado com asfalto		UN	50,00		
00007		00001021	PESQUISA DE FRAUDE COM RETIRADA DE IRREGULARIDADE, NO PADRÃO		UN	500,00		
00008		00001022	PESQUISA DE FRAUDE COM RETIRADA DE IRREGULARIDADE, NA REDE, EM LOCAL NÃO PAVIMENTADO		UN	500,00		
00009		00001023	PESQUISA DE FRAUDE COM RETIRADA DE IRREGULARIDADE, NA REDE, EM LOCAL PAVIMENTADO COM BLOCOS hexagonais		UN	200,00		
00010		00001024	PESQUISA DE FRAUDE COM RETIRADA DE IRREGULARIDADE, NA REDE, EM LOCAL PAVIMENTADO com asfalto		UN	50,00		
00011		00001025	RESTABELECIMENTO DE RAMAL PREDIAL, EM LOCAL NÃO PAVIMENTADO		UN	200,00		
00012		00001026	RESTABELECIMENTO DE RAMAL PREDIAL, EM LOCAL PAVIMENTADO COM BLOCOS HEXAGONAIS		UN	200,00		
00013		00001027	RESTABELECIMENTO DE RAMAL PREDIAL, EM LOCAL PAVIMENTADO COM ASFALTO		UN	50,00		
00014		00001028	RETIRADA E RECOMPOSIÇÃO DE CALÇADA COM PAVIMENTO SIMPLES		UN	30,00		
00015		00001029	RETIRADA E RECOMPOSIÇÃO DE CALÇADA COM PAVIMENTO ESPECIAL		UN	10,00		
00016		00001030	FORNECIMENTO E UTILIZAÇÃO DE RETROESCAVADEIRA		HR	50,00		
00017		00001031	VISITA PARA DIAGNÓSTICO DE IRREGULARIDADE		UN	3.000,00		

**ANEXO II**

ANEXO 2 - MODELO

TOMADA DE PREÇOS N° 000024 / 2014  
LOCAL E DATA

A

\_\_\_\_\_ (NOME DO ÓRGÃO) \_\_\_\_\_

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DECLARAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_ (Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_ (Endereço Completo) \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n° \_\_\_\_\_, declara sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato superveniente impeditivo a sua participação na Tomada de Preços n° \_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(nome e identificação do representante legal)

**ANEXO III**

ANEXO 3

TOMADA DE PREÇOS 000024/ 2014

MODELO DE CARTA CREDENCIAL PARA O REPRESENTANTE

Proponente Local e Data

\_\_\_\_\_ (Nome do órgão) \_\_\_\_\_

Assunto:

O abaixo assinado, na qualidade de responsável legal pela empresa \_\_\_\_\_ vem, pela presente, informar a V.S.a., que o(s) Sr.(s) \_\_\_\_\_ carteira(s) de Identidade nº \_\_\_\_\_ é/são pessoas designada(s) por nós para acompanhar a TOMADA DE PREÇOS nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, podendo para tanto, impugnar, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar enfim o que preciso for para o fiel cumprimento do presente credenciamento.

Atenciosamente:

Nome(s) e assinatura(s) do(s) responsável(eis) legal(ais) pela proponente \_\_\_\_\_ (Nome da Proponente) \_\_\_\_\_.

**ANEXO IV**

ANEXO 4

MODELO DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO A LEI 9854/1999

TOMADA DE PREÇOS 000024/ 2014.

A empresa \_\_\_\_\_(Nome da Empresa)\_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_(Endereço Completo)\_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho, noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Local e data

Representante legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

## ANEXO V

### ANEXO 5

#### MINUTA DE CONTRATO

Contrato n°.....

Processo: 000482/2014

Tomada de Prços:000024/2014

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO E A EMPRESA  
....., PARA .....

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO, doravante denominado CONTRATANTE, com sede na Avenida João XXIII, 2.204 - Bairro Boa Vista - São Mateus - ES, CNPJ n° 27. 998.368/0001-47, neste ato representado por seu Diretor Geral, Sr Luiz Carlos Sossai, CPF n° 658.525.677-87 e RG n° 467.361, residente e domiciliado nesta cidade, designada CONTRATADA, e a Empresa----- inscrita no CNPJ sob o n° ..... neste ato representada por \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente contrato e sujeitando-se as partes às disposições da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e conforme os termos e condições do Anexo1 do edital de TOMADA DE PREÇOS 000024/2014, que doravante fará parte deste contrato e cláusulas a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

1.1 - Contratação de empresa vencedora do certame, para prestação dos serviços dos item(..... ), valor unitário (.....) quantidade (.....) valor total do item (.....) destinado a Divisão de fiscalização do SAAE de São Mateus - ES, com início de no máximo 05 dias após recebimento do termo de início dos serviços.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Das Condições de Execução

- 2.1 - Apresentar a ART do engenheiro responsável na assinatura do contrato, na seção de materiais e transportes.
- 2.2 - Apresentar e manter equipe de trabalho com no mínimo 08 (oito) profissionais capacitados em instalações hidráulicas.
- 2.3 - Os serviços serão executados em qualquer parte do município de São Mateus-ES, de acordo com a necessidade da Autarquia, através de O.S (ordem de serviço) retirada na Seção de Cadastro, Emissão Contas, e Consumo.
- 2.4 - Os serviços deverão ser executados com utilização de equipamentos e tecnologias que reduza ao máximo a abertura de valas e danificação da pavimentação.
- 2.5 - Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação do SAAE;
- 2.6 - Caso ocorra oposição de clientes na realização dos serviços, será de responsabilidade da empresa contratada, requisitar força policial.
- 2.7 - VISITA: Consiste em vistoriar o imóvel e/ou ligação de água/esgoto de acordo com formulário próprio para os casos de ligações ativas, inativas, cortadas e suprimidas e/ou entregar notificações e/ou folhetos informativos a Clientes, fazendo registro fotográfico.
- 2.8 - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA NO PADRÃO COM USO DE CAPSULA OU CAPS: Consiste na instalação de dispositivo obturador no padrão, sem a retirada do hidrômetro, cujo objetivo é a suspensão do fornecimento de

água, acompanhado de registro fotográfico;

2.9 - Suspensão do fornecimento de água na rede, com supressão de ramal predial e retirada do colar tomada: Consiste na retirada total do ramal predial a partir do padrão, retirando o colar de tomada, e com o respectivo registro fotográfico.

2.10 - Pesquisa de fraude com retirada de irregularidade, no padrão: Consiste em retirar a irregularidade encontrada por ocasião da pesquisa, quando localizada no hidrômetro ou na parte exposta do padrão, preenchendo o Termo de Notificação com todo o detalhamento da irregularidade encontrada e fazendo o registro fotográfico, que comprove a existência da irregularidade, bem como, a regularização da ligação.

2.11 - Pesquisa de fraude com retirada de irregularidade, na rede: Consiste em retirar a irregularidade encontrada por ocasião da pesquisa, quando localizada no ramal predial de água ou diretamente na rede pública de água, preenchendo o Termo de Notificação com todo o detalhamento da irregularidade encontrada e fazendo o registro fotográfico, que comprove a existência da irregularidade, bem como, a regularização da ligação.

2.12 - Restabelecimento de ramal predial, em local não pavimentado: Consiste na escavação, com instalação de novo ramal até a rede de água, assentamento do novo ramal, sobre uma camada de areia de 0,20 m no fundo de vala (vala com profundidade mínima de 0,60 m), e reaterro com compactação.

2.13 - Restabelecimento de ramal predial, em local pavimentado com blocos hexagonais: Consiste na retirada da pavimentação da rua em paralelepípedo, assentamento do novo ramal, sobre uma camada de areia de 0,20 m no fundo de vala (vala com profundidade mínima de 0,60 m) e reaterro com compactação e recomposição da pavimentação, com base em uma camada de areia de 0,20 m.

2.14 - Restabelecimento de ramal predial, em local pavimentado com asfalto: Consiste na retirada da pavimentação asfáltica, assentamento do novo ramal, sobre uma camada de areia de 0,20 m no fundo de vala (vala com profundidade mínima de 0,60 m) e reaterro com compactação e recomposição asfáltica.

2.15 - Retirada e recomposição de calçada com pavimento simples: Consiste na retirada e recomposição de calçada com pavimento em concreto liso (exceto granilite) com espessura de 0,10 m, pedra portuguesa ou piso cerâmico em pedaços.

2.16 - Retirada e recomposição de calçada com pavimento especial: Consiste na retirada e recomposição de calçada com pavimento em granito, mármore, cerâmico ou outro acabamento especial não especificado assentada sobre contra piso de concreto.

2.17 - O SAAE reserva-se o direito de recusar total e/ou parcialmente os serviços, cujo padrão de qualidade seja inferior ao contratado, devendo neste caso, os mesmos serem refeitos imediatamente, se ônus para o SAAE;

2.18 - Em casos excepcionais a empresa poderá ser solicitada para prestar os serviços em dias e horários diversos do praticado pela Autarquia, inclusive em fins de semanas e feriados, sem ônus adicionais para o SAAE;

2.19 - Após o início da execução dos serviços, a empresa contratada passa a ser responsável pela sinalização, bem como por eventuais acidentes e/ou danos a terceiros, que venham a ocorrer no local onde os serviços foram executados.

2.20 - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação pela CONTRATADA, sem autorização do CONTRATANTE por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

2.21 - Para atender a seus interesses, o CONTRATANTE reserva-se o direito de alterar quantitativo, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos aos limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

2.22 - A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da CONTRATADA não

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**  
**Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967**  
**CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6**

importará, de forma alguma, em alteração contratual, podendo o CONTRATANTE exercer seus direitos a qualquer tempo

2.23 - Correrá por conta da CONTRATADA qualquer indenização ou reparação por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa da mesma, seus empregados e/ou representantes, decorrentes dos serviços contratados.

2.24 - Toda a documentação apresentada no instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

**CLÁUSULA TERCEIRA - Da Fiscalização**

3.1 - A execução deste contrato será acompanhada por servidor (es) designados pela Administração, nos termos do Artigo 67 da Lei 8.666/93 e alterações, que acompanharão a prestação de serviços.

3.2 - O CONTRATANTE reserva-se o direito de não aceitar os serviços em desacordo com o previsto neste ajuste, podendo rescindi-lo, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

3.3 - O representante da Contratante deverá ter experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

3.4 - O fiscal ou gestor do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar a autoridade responsável pra que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

3.5 - O fiscal ou gestor do Contrato, deverá atestar através dos Termos abaixo descritos, devidamente assinados pela contratada e pelos respectivos gestores do Contrato:

- a) Termo de Início dos Serviços
- b) Termo de paralisação dos Serviços, devidamente justificado
- c) Termo de Reinício dos Serviços, devidamente justificado
- d) Termo de Recebimento Provisório
- e) Termo de Recebimento Definitivo

3.6 - O fiscal ou gestor do Contrato, deverá registrar em Relatório de Ocorrências as irregularidades ou falhas que encontrar nos serviços, nele anotando as observações e notificações cabíveis, assinando-o em conjunto com a Contratada.

3.7 - O fiscal ou gestor do Contrato, deverá atestar a execução dos serviços mediante fotografias, que deverão ser juntadas aos Relatórios de Medições.

**CLÁUSULA QUARTA - Do Preço e da Forma de Pagamento**

4.1 - Pela prestação de serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

4.2 - Os pagamentos serão efetuados em parcela mensal, em até 10 (dez) dias, após a entrega, por processo legal, após a devida comprovação do fornecimento nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos.

4.3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua representação, desde que devidamente regularizados.

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

4.5 - O SAAE procederá a retenção previdenciária nos termos da legislação vigente.

4.6 - A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente quando da emissão do Boletim de Medição (BM);

- a) Folha de Pagamento de seus empregados que estiverem envolvidos na prestação dos serviços contratados.
- b) Fotocópia da GPS, devidamente quitada e autenticada (com o preenchimento do nome, CNPJ/CEI, número, data e valor da nota fiscal ou fatura) referente a todos os empregados da CONTRATADA em atuação na execução do Contrato.
- c) Fotocópia da GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e informações à Previdência Social, nos termos da legislação vigente.
- d) Apresentar as Certidões Negativas das Fazendas Municipais, estaduais e Federais, bem como a do FGTS.

4.7 - A CONTRATADA deverá apresentar documentação de quitação das obrigações trabalhistas dos seus empregados que estiverem envolvidos na prestação dos serviços contratados, no prazo de 10 (dez) dias após encerrado o Contrato.

4.8 - Fica assegurado ao SAAE o direito de deduzir do pagamento devido à CONTRATADA, independente da aplicação de multas, importâncias correspondentes a:

- a) Débitos a que tiver dado causa;
- b) Despesas relativas à correção de eventuais falhas;
- c) Dedução relativa a insumos de sua responsabilidade não fornecidos.

#### CLÁUSULA QUINTA - Da Dotação Orçamentária

5.1 - A despesa decorrente deste contrato correrá pela dotação orçamentária 00049 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA (2000200010.1760501344.004.33903900000.20000000) exercício de 2014.

#### CLÁUSULA SEXTA - Da Vigência:

6.1 - O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - Das obrigações das Partes

7.1 - São obrigações das partes:

##### I - Do CONTRATANTE:

Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na prestação dos serviços.

- b) Solicitar a substituição dos serviços, caso comprove má qualidade dos mesmos.
- c) Proceder a medição dos serviços.
- d) Notificar, por escrito a contratada, da aplicação de eventuais multas, de notas de débitos e da suspensão da prestação de serviços.
- e) Efetuar o pagamento a CONTRATADA, de acordo com os termos constantes neste instrumento contratual.
- f) Informar à CONTRATADA sobre quaisquer alterações de horários e rotinas de serviço.
- g) Proceder a medição dos serviços executados no período compreendido entre o dia 1º (primeiro) e o dia 30 do mês de competência e emitir os respectivos Boletins de Medição, entregando-os à CONTRATADA a partir do 1º (primeiro) dia útil do mês seguinte ao da medição.



h) Notificar, por escrito, à CONTRATADA, da aplicação de eventuais multas, de notas de débitos e da suspensão da prestação de serviços.

II - Da CONTRATADA:

Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

b) Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, se obrigando a refazê-los, caso se comprove a má qualidade, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE.

c) Observar, rigorosamente, as normas estabelecidas na prestação de serviços.

d) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Autarquia, quanto a execução dos serviços contratados posteriores.

Responsabilizar-se penal e civilmente por prejuízo ou dano causado na prestação de serviços ao CONTRATANTE, aos seus funcionários ou a terceiros, por força do art. 70 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

f) Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

g) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da prestação de serviços, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

i) Assumir todos os encargos de demanda trabalhista, civis ou penais, relacionadas ao fornecimento do produto.

j) Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE.

k) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e demais exigências do Edital, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer fato superveniente que possa comprometer a manutenção do contrato.

l) Facilitar a ação da fiscalização, fornecendo informações ou provendo acesso à documentação e aos serviços em execução e atendendo prontamente às observações e exigências por ela apresentadas.

m) Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

n) Quanto a pessoal:

n1) Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão de obra necessárias à execução dos serviços contratados, como única e exclusiva empregadora;

n2) A CONTRATADA se compromete a não utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução deste instrumento, mão-de-obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, bem como exigir que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços, sob pena de rescisão do contrato.

n3) A CONTRATADA se obriga, sempre que solicitado pelo SAAE, a emitir declaração, por escrito, de que cumpriu ou vem cumprindo a exigência contida no item anterior.

n4) Providenciar a retirada imediata de qualquer empregado seu, cuja permanência no local dos serviços seja considerada indesejável pela Fiscalização, sem ônus para o SAAE.

n5) A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitada, a documentação relativa à comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados.

o) Quanto à segurança e higiene: Manter os seus empregados uniformizados, identificados pelo nome ou logotipo da CONTRATADA estampado no uniforme e utilizando os equipamentos de proteção individual, quando couber.

p) Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA OITAVA - Reajustamento de Preços

8.1 - Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis.

#### CLÁUSULA NONA - Fiscalização

9.1 - A Fiscalização será exercida por preposto do SAAE, encarregado de verificar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, visando assegurar que os serviços sejam executados atendendo ao estipulado pelo presente Contrato, podendo, inclusive:

a) Recusar ou sustar qualquer serviço executado em desacordo com este Contrato ou que atente contra a segurança do pessoal ou bens do SAAE ou de terceiros.

b) Cabe à fiscalização registrar no Relatório de Ocorrências (RDO) as irregularidades ou falhas que encontrar na execução dos serviços, nele anotando as observações ou notificações cabíveis, assinando-o em conjunto com o representante da CONTRATADA.

c) A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não exime a CONTRATADA da total responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

d) Quando atendidos os termos deste Contrato, o exercício da fiscalização, pelo SAAE, não importará em abuso de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - Das Sanções

10.1 - A inexecução total ou parcial desta TOMADA DE PREÇOS importará na aplicação das sanções estabelecidas nos termos do artigo 87, da Lei 8666/93 e suas alterações:

a) Advertência;

b) Multa de 20% pelo descumprimento das cláusulas contratuais, calculado sobre o valor total do Contrato;

c) Suspensão para contratar com a Administração;

d) Declaração de inidoneidade para contratar com toda a Administração.

10.2 - Multas referente as letras "b" do item anterior, será descontada na nota fiscal fatura, quando do pagamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Rescisão

11.1 - O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses e condições previstas na legislação pertinente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da Publicação

12.1 - O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial do Estado, por conta do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Foro

13.1 - Fica eleito o foro da comarca de São Mateus - ES, para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**  
**Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967**  
**CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6**

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 3 vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Mateus - ES, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

CONTRATANTE

CONTRATADA  
TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**ANEXO VI**

ANEXO VI

TOMADA DE PREÇOS N° 000024/2014

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ÀS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Eu, \_\_\_\_\_ (NOME COMPLETO), representante legal da Empresa \_\_\_\_\_ (NOME DA EMPRESA), declaro, sob as penas da Lei, que os funcionários envolvidos na prestação de serviços, objeto do Contrato n° \_\_\_\_\_ foram devidamente remunerados conforme estabelecido na CTPS, bem como que foram cumpridas todas as obrigações trabalhistas estabelecidas na Convenção Coletiva da Categoria e na legislação trabalhista nacional.

Declaro, ainda, que neste mês de (INDICAR O MÊS), não há nenhum funcionário, envolvido na prestação de serviços, em aviso prévio (se houver, indicar), demitido por justa causa/sem justa causa (se houver, indicar, listando, inclusive, os valores pagos a título de rescisão contratual e juntar comprovantes de depósito) ou que pediu rescisão do contrato de trabalho (se houver, indicar, listando, inclusive, os valores pagos a título de rescisão contratual e juntar comprovantes de depósito).

Por fim certificamos que cumpriremos todos os termos do TAC em anexo.

São Mateus, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL  
NOME DA EMPRESA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO  
Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967  
CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6

## ANEXO VII - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO  
Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967  
CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6

## ANEXO VII - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

**ANEXO VIII - RECIBO DE EDITAL**

RECIBO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

Confirmamos o recebimento do Edital de Tomada de Preços nº 000024/ 2014, referente à contratação de empresa especializada em pesquisa de fraude e suspensão do fornecimento de água, em ligações inadimplentes no município de São Mateus - ES.

Empresa: .....

Nome: .....

Data: .....

Horário: .....

.....  
Assinatura  
Cargo

**9 - Termo de Referência**



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO  
Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967  
CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6

## Termo de Referência

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO  
Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967  
CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6

## Termo de Referência

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO  
Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967  
CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6

## Termo de Referência

**Termo de Referência**

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO  
Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967  
CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6

## Termo de Referência

**Termo de Referência**

**Termo de Referência**

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**  
**Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967**  
**CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6**

## **Termo de Referência**



**Termo de Referência**

**Termo de Referência**